

**RODRIGUES, S. (2017) – *O Sistema de Informação Presidência da República Portuguesa : estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. 1ª ed. Lisboa : Edições Colibri. 144 p.**

Por SILVIA CINTRA BORGES MORAIS

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Doutoranda em Ciências da Informação

Arquivista da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

[silviacb83@hotmail.com](mailto:silviacb83@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5507-3969>

A autora da presente obra é licenciada em História e pós-graduada em Ciências Documentais, na variante Arquivo, pela Universidade Autónoma de Lisboa. Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, prosseguiu os seus estudos com o curso de especialização em Ciências Documentais, na opção Documentação e Biblioteca, e com o mestrado em Ciências da Documentação e Informação, tendo defendido a sua dissertação na variante Arquivo. Estagiou no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, foi bolsista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e, desde 2004, é técnica superior de arquivo na Secretaria-Geral da Presidência da República de Portugal.

Este livro é o resultado da dissertação de mestrado intitulada “O Sistema de Informação da Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)”, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Guardado da Silva. A obra inicia-se com a foto e as “Palavras” de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

O estudo em questão, de um modo geral, recorre à Arquivística, aqui assimilada como um ramo teórico-prático da Ciência da Informação. Desta maneira, delinea a evolução orgânico-funcional da Presidência da República Portuguesa, no sentido de perceber o desenvolvimento, a complexidade e a dinâmica que a estrutura do órgão de soberania em causa apresenta, em conformidade com o contexto histórico e as funções e competências imputadas ao Chefe de Estado na qualidade de seu dirigente máximo institucional. A obra possibilita, igualmente, a valorização e a compreensão holística do

que no estudo é designado “Sistema de Informação Presidência da República”, situando-o como um elemento determinante para uma gestão continuada e integrada da informação institucionalmente produzida e acumulada. A obra encontra-se dividida em três tempos.

Na primeira parte, que possui um caráter teórico, a autora integra o estudo orgânico-funcional, no âmbito da Ciência da Informação, fundamentando-o numa abordagem sistêmica, começando por referir que a informação, enquanto fenómeno, deve ser entendida como algo essencial e que a sua gestão deve ser estratégica e servir para apoiar os processos decisórios institucionais, sendo, para tanto, necessário conhecer e compreender os processos organizacionais aí envolvidos. Também defende a importância que os sistemas de informação devem assumir nesses contextos, de modo a assegurar uma eficaz e eficiente gestão da informação, desde a produção ao uso da informação no longo prazo, tornando-se, assim, eles próprios, ferramentas essenciais para a articulação entre os vários subsistemas internos e externos, possibilitando que o processamento e a integração da informação produzida e acumulada institucionalmente pelos seus diversos agentes sejam efetivamente realizados, para além de mapeados e controlados. Como é bom de ver, sem esse mapeamento e controlo efetivos, esses tipos de sistemas não cumprem a sua verdadeira e precípua função: organização e recuperação de informação.

Compreensivelmente, a autora destaca também a necessidade de se proceder a uma política sistemática de valorização do arquivo, que passa, incontornavelmente, pela contratação de profissionais qualificados para atuarem em estreita colaboração com os vários serviços produtores e receptores de informação, de modo a permitir a otimização da gestão da informação organizacional. Neste ponto do texto, a autora fundamenta os seus argumentos em autores reconhecidos e conceituados nestas matérias, não se esquecendo, porém, de abordar as já conhecidas mudanças epistemológicas que vêm sendo debatidas há algum tempo no meio arquivístico, bem como o papel que ocupa esta disciplina no âmbito da Ciência da Informação e da “Sociedade da Informação e do Conhecimento”.

Na segunda parte, a autora analisa e interpreta o seu objeto de estudo central, isto é, a evolução orgânico-funcional da Presidência da República Portuguesa, tendo como recorte cronológico o ato de Proclamação da República, em 1910, até 2014. Na I República (1910-1926), a Presidência da República apresentava uma estrutura organizativa e administrativa muito simples, diremos hoje, de cariz familiar: um Presidente, um Secretário-Geral responsável pela Secretaria e um secretário Particular – no fundo, o embrião da Casa Civil,

que se justifica por ser, desde início, um órgão de natureza unipessoal. Apenas em cerimónias militares, os primeiros presidentes fizeram-se acompanhar de militares, mas as bases da Casa Militar apareceriam já com Sidónio Pais, no período chamado da ‘República Nova’, a partir de 9 Maio 1918, em que o Chefe de Estado, numa estratégia de reforço da representação simbólica e de legitimação do cargo, definiu o uniforme a usar pelo Presidente da República, porém um Presidente da República Militar, assumindo-se enquanto chefe da força armada de terra e mar. Com Sidónio Pais, o ‘Presidente-Rei’ como lhe chamara Fernando Pessoa, o Palácio de Belém tornara-se, pela primeira vez na sua história, o centro do poder político – a sede do Poder supremo.

No segundo capítulo, que corresponde cronologicamente à Ditadura Militar (1926-1933) e ao Estado Novo (1933-1974), o Presidente da República passou a ter uma residência oficial, e a Secretaria foi reorganizada, já com um quadro de funcionários privativos. A Casa Militar também foi objeto de reorganização, tendo-se lançado as bases do serviço de segurança. Foi ainda criado o Conselho Político Nacional, com funções consultivas – que seria a base do futuro Conselho de Estado, que emergiria em 1933. Depois, durante o Estado Novo, a figura do Chefe de Estado esbateu-se em favor do Presidente do Conselho de Ministros, com António de Oliveira Salazar.

No terceiro capítulo, a autora descreve a Revolução do 25 de Abril e o retorno à democracia em Portugal. Neste momento e de acordo com a nova “Constituição da República Portuguesa”, aprovada pela Assembleia Constituinte em 1976, foram realizados também reajustes na estrutura dos vários serviços de apoio ao Presidente da República, tendo a Secretaria-Geral integrado a Direção dos Serviços Administrativos. Com o decurso do tempo, procedeu-se ao preenchimento e à ampliação do quadro da Secretaria-Geral e do Centro de Documentação e Informação da Presidência da República. Na década de 90, alterou-se o quadro de pessoal, respeitante às carreiras específicas das áreas funcionais de biblioteca, documentação e arquivo, e iniciou-se a construção do novo edifício para o Centro de Documentação e Informação. Esta segunda parte traduz, a nosso parecer, um esforço muito positivo no sentido de recuperar a evolução orgânico-funcional, competências e atribuições dos órgãos vinculados à Presidência da República, essenciais, conforme dissemos antes, ao estudo e à compreensão do seu sistema de informação arquivística. Por outras palavras, constitui o cerne da investigação aqui trazida – o estudo orgânico-funcional da Presidência da República Portuguesa, essencial para a compreensão do sistema de informação, pois o título é mais ambicioso do que os resultados alcançados, na certeza, porém, de que estamos perante um estudo de elevada qualidade. Dentro do novo contexto democrático, destaque-

-se, porém, a data de 1979, em que a Presidência da República reforçou a sua autonomia, assumindo funções até então da Presidência do Conselho de Ministros. Depois, e até à atualidade, complexificaram-se as estruturas, na certeza, porém, de que este órgão de soberania reflete a missão do Presidente da República, mas também a personalidade de cada Chefe de Estado.

A terceira parte subdivide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo, a autora apresenta a evolução orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas, no período da República, analisando o desenvolvimento dos poderes conferidos neste domínio e pela Constituição ao Presidente da República. No segundo capítulo, descreve a ligação entre o Conselho de Estado, órgão político de consulta do Presidente da República, e o órgão de soberania, bem como a documentação relativa a esse órgão consultivo. Neste ponto, refere que os serviços de expediente e apoio são assegurados pela Secretaria-Geral da Presidência da República. No terceiro capítulo, retrata o Conselho Superior de Defesa Nacional e as funções de âmbito consultivo desempenhadas, relativas à política de defesa nacional, a partir da sua criação na revisão da Constituição da República de 1982. O apoio técnico e administrativo ao referido Conselho, conforme destaca, compete à Secretaria-Geral e ao seu secretariado, que passam a funcionar nas instalações da Presidência da República. No quarto capítulo, a autora debruça-se sobre o Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis e o seu apoio técnico ao Chefe de Estado, porém de sua duração efémera. A extinção deste Instituto, conforme refere, ocorreu em 1987, tendo o seu património, incluindo o arquivístico, sido transferido para a Secretaria-Geral. No último capítulo, aborda a Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal. Esta comissão, composta por um presidente e por membros nomeados pelo Presidente da República, como o próprio nome sugere, passou a ter como função a elaboração de um plano anual das atividades comemorativas no país, em Macau e no estrangeiro. As despesas e o apoio administrativo ao evento passariam a ser da competência da Secretaria-Geral da Presidência da República. Para além disso, a autora procurou, neste capítulo, contextualizar e atualizar o enquadramento funcional dos serviços prestados no âmbito da Secretaria-Geral, bem como detalhar os órgãos e as estruturas de apoio ao Presidente da República.

A obra finaliza com uma conclusão a respeito das transformações sofridas ao longo de mais de um século pela ora complexa estrutura organizativa da Presidência da República e reflete sobre o protagonismo alcançado pelos Presidentes nos diversos contextos histórico-políticos analisados.

“O Sistema de Informação da Presidência da República Portuguesa” é um estudo de natureza académica, mas escrito, porque muito bem escrito,

para o grande público, quer pelo cuidado atento e pedagógico na escrita, quer pelo interesse do tema e a forma como o desenvolve, quer ainda pela forma como a autora concilia a Gestão Organizacional com a sua formação em História e em Ciência da Informação, aqui projetada, entrelaçando a história da Presidência da República Portuguesa com o estudo do seu sistema de informação, entre 1910 e a atualidade, reportada esta a 2014. Para tal, a autora analisa e contextualiza as competências do Chefe de Estado neste tempo longo, assim como, numa abordagem holística, a estrutura orgânica da Presidência da República ao longo da história, bem como os seus serviços e recursos.

Um estudo objetivo e isento, que não deixa de ser o de uma observadora participante, sendo Susana Rodrigues técnica superior deste órgão de soberania, que acolheu a sua realização. É assim, o olhar de quem não apenas estudou a Organização, mas também de quem trabalha há mais de uma década na Presidência da República Portuguesa, na área da gestão da informação.

Deste modo, Susana Rodrigues cumpre o que propõe, na medida em que aborda a evolução e o desenvolvimento dos serviços da Presidência da República, nos seus aspetos orgânico-funcionais mais relevantes, revelando, assim, a importância que o seu conhecimento e a compreensão devem ter para uma eficiente gestão de informação. Enfim, este é, pela forma e pelo conteúdo, um estudo singular, sincrético, e de grande qualidade, que enriquece a Coleção “Ciência da Informação”, um projeto, ímpar em Portugal, das Edições Colibri e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

**BAUC VOL. XXXIII, N.º 1**

## **NOTA DE APRESENTAÇÃO**

### **ESTUDOS**

Os tabeliães de notas de Coimbra nos séculos XVI a XVIII:

Provimento de ofícios e identificação de cartórios

Cristóvão Mata

As mulheres “devassas de seu corpo” em Coimbra durante a primeira metade do século XVIII

Alexandre Rodrigues de Souza

El archivo general de Villafranca durante la Guerra de Independencia española

Domingo Beltrán Corbalán

Francisco Precioso Izquierdo

### **RECENSÕES CRÍTICAS**

LARRIBA, E. ; COLETES BLANCO, A., eds. (2017) – *La Poésie, vecteur de l’information au temps de la Guerre d’Espagne: 1808-1814*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 164 p.

Carlos Guardado da Silva

NICHOLAS, D. [et al.] (2018) – *Early Career Researchers: The harbingers of change? Final report*.

CIBER Research. 78 p.

Jorge Revez

RODRIGUES, S. (2017) – *O Sistema de Informação Presidência da República Portuguesa : estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. 1ª ed. Lisboa : Edições Colibri. 144 p.

Sílvia Cintra Borges Morais

### **ISSN**

0872-5632

2182-7974

### **MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA**

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>